

## A gestão democrática em revistas de educação do norte e nordeste do Brasil (2013-2020)

Lucas de Vasconcelos Soares<sup>i</sup> 

Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, PA, Brasil.

Maria Lília Imbiriba Sousa Colares<sup>ii</sup> 

Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, PA, Brasil.

### Resumo

O estudo visa analisar, por meio do estado da arte, como tem sido conduzidas as discussões em torno da Gestão Democrática e sua implementação na escola pública, identificando desafios e perspectivas a partir de estudos publicados em revistas das regiões Norte e Nordeste do Brasil, na área da educação: Educação & Formação, Exitus, Práxis Educacional e Tempos e Espaços em Educação. Das produções contempladas, o estudo identificou um total de 26 artigos, sendo 17 publicados na Exitus, 04 na Educação & Formação, 03 na Práxis Educacional e 02 na Tempos e Espaços em Educação, no período de 2013-2020. Após o processo de exclusão, selecionou-se 08 artigos, revelando que as discussões sobre a gestão democrática perpassam por desafios que impedem sua real efetivação na escola pública, entre eles: ausência de participação e autonomia, práticas clientelistas e o forte controle do Estado.

**Palavras-chave:** Gestão Democrática. Escola Pública. Políticas Públicas em Educação. Revistas de Educação.

### Democratic management in education magazines in the north and northeast of Brazil (2013-2020)

#### Abstract

The study aims to analyze, through the state of the art, how discussions about Democratic Management and its implementation in public schools have been conducted, identifying challenges and perspectives from studies published in magazines in the North and Northeast regions of Brazil, in education area: Education & Training, Exitus, Educational Praxis and Times and Spaces in Education. Of the productions contemplated, the study identified a total of 26 articles, 17 of which were published in Exitus, 04 in Education & Training, 03 in Educational Praxis and 02 in Times and Spaces in Education, in the period 2013-2020. After the exclusion process, 08 articles were selected, revealing that the discussions on democratic management go through challenges that prevent its real effectiveness in the public school, among them: lack of participation and autonomy, clientelistic practices and the strong control of the State.

**Keywords:** Democratic management. Public school. Public Policies in Education. Education Magazines.



## 1 Introdução

2

A Gestão Educacional surge com o fim da ditadura militar, em 1985, no período conhecido como de redemocratização nacional e, por conseguinte, da educação (DOURADO, 2006), momento marcado pela (re)organização coletiva de inúmeros grupos sociais em prol de representatividade e, principalmente, da usufruidade dos direitos públicos. Tal período é marcado pela elaboração da Carta Magna de 1988, conhecida como o documento com maior abertura no campo público, reconhecendo direitos e ampliando desigualdades existentes. É deste mesmo documento que emana o termo Gestão Democrática da educação, projetando uma concepção de gestão interligada os aspectos de autonomia, coletividade, participação, democracia e liberdade. Consequentemente, a Lei Nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) corrobora com um percurso mais estruturado quanto à implementação da concepção democrática na gestão, indicando ações/instrumentos necessários para o desenvolvimento e democratização dos sistemas e instituições educacionais no país.

Apesar de visíveis discrepâncias no campo da literatura quanto à conceituação do termo, ora entendendo a gestão como sinônimo da administração (DOURADO, 2006), outras a problematizando como uma utopia na escola pública (PARO, 2000), corroboramos com Lück (2011) como uma ideia mais apropriada para o entendimento da nova concepção, compreendendo-a como a superação dos problemas deixados pela administração, ou seja, não se trata de um campo de disputas, mas de um termo sobre o outro visando corrigir falhas e, com isso, projetar um cenário de transformações e desenvolvimento educacional. Ainda em conformidade com Lück (2011, p. 23-24), a gestão emerge para superar carências de “a) [...] orientação e de liderança clara e competente, exercida a partir de princípios educacionais democráticos e participativos; b) [...] uma perspectiva de superação efetiva das dificuldades cotidianas”, no cenário da escola pública brasileira.

Na base político-educacional, o artigo 206 (inciso VI) da Constituição Federal da República de 1988 define a Gestão Democrática como um dos princípios do ensino

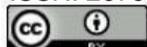




público (BRASIL, 1988), compromisso este também reforçado no artigo 3º (inciso VIII) da LDB, exigindo a (re)organização da esfera pública para implementação da premissa governamental. No artigo 214 da LDB, ressalta-se o compromisso de que os sistemas de ensino definirão normas de gestão democrática, adotando os seguintes princípios: “I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes” (BRASIL, 1996). A priori, a nova concepção pressupõe o engajamento e a inserção dos diversos atores educacionais nos processos de organização e decisão da escola. Outrora, o que se baseava em relações verticalizadas e de centralização de poder, agora assumi, ainda que de forma fragilizada, um sentido mais amplo e aproximável de uma democracia, mesmo que aparente (PARO, 2000).

Outra importante contribuição no âmbito legal se dá na implementação da Lei Nº 13.005/2014 que instituiu o atual Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), cuja matéria apresenta a Meta 19, com a finalidade de “assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas [...]” (BRASIL, 2014). O prazo projetado para tal compromisso é curto, tendo o ano de 2016 como limite para esta concretização.

Dentre as estratégias que compõem a Meta 19 do PNE, destaca-se o compromisso com: criação dos planos estaduais e municipais de educação (19.1); criação e ampliação de programas fiscalizadores da educação pública (19.2); realização de fóruns e conferências de educação (19.3); criação e implementação de órgãos representativos dos atores e setores presentes na escola (19.4); criação de órgãos consultivos e deliberativos (19.5); criação de meios que aumentem a participação dos atores educacionais nas demandas da escola (19.6); instituir políticas que favoreçam a autonomia (19.7); e definir normas que permitam o acesso ao cargo por critérios democráticos (19.8) na gestão (BRASIL, 2014), eliminando práticas clientelistas e antidemocráticas (COLARES; BRYAN, 2014; LIMA; CARDOZO, 2018).





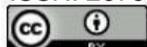
Mediante o compromisso firmado nas premissas governamentais, destacam-se alguns desafios que acabam por inviabilizar a efetiva implementação da gestão democrática na escola pública, com destaque para o enfraquecimento das políticas públicas educacionais em um cenário de crise (SAVIANI, 2018) e o conjunto de relações internas do processo educacional (SOARES; COLARES; OLIVEIRA, 2020). Para Saviani (2018), partindo do contexto do golpe de 2016<sup>1</sup>, a educação está posta diante da ascensão de mecanismos ideológicos, excludentes e privatizantes que operam na esfera pública, induzindo a retrocessos no campo dos direitos e, conseqüentemente, secundarizando políticas e os prazos de suas implementações. Tal condição se aplica ao PNE e a Meta 19, com a ausência de percursos que indicam relações democráticas, autônomas e participativas na escola pública, visto que, esta finalidade não se trata de um simples indicador, mas de um conjunto de ações articuladas em prol da coletividade e da transformação social (SOARES; COLARES, 2020).

Quanto ao conjunto de relações internas do processo educacional, entendido, com apoio em Soares, Colares e Oliveira (2020), como um desafio para implementação da gestão democrática, destacam-se a ausência de participação da comunidade educacional, conflitos internos, indicação política ao cargo, inoperância das políticas e projetos educacionais, falta de autonomia, cobranças em avaliações externas e o distanciamento de órgãos representativo-deliberativos e a gestão, como fatores que distanciam a vivência de uma real democracia no chão da escola. Afinal, como a escola poderá ser democrática se não vive, de fato, a democracia real, mas sim a figuração desta? Entende-se, portanto, que “[...] não pode haver democracia plena sem pessoas democráticas para exercê-la [...]” (PARO, 2000, p. 25).

Desse modo, os dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica sobre a implementação da Gestão Democrática, referentes ao ano de 2019, indicam que no Brasil havia 161.426 diretores, dos quais 50,2% adentraram no cargo por indicação/escolha, 15,2% por processo eleitoral com a participação da comunidade,

---

<sup>1</sup> Referente ao processo de *Impeachment* da presidenta eleita Dilma Rouseff e a ocupação do cargo por Michel Temer, período este denominado por Saviani como o “suicídio da democracia”.





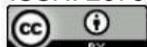
13,4% na condição de ser proprietário ou sócio proprietário da escola, 7,5% por processo seletivo qualificado e nomeação, 6,4% por concurso público específico, 5% via processo seletivo qualificado seguido por eleição e 2,3% por outras formas de acesso (CRUZ; MONTEIRO, 2020). Expressivamente, sobre a formação dos diretores, o documento destaca que “[...] 86,4% apresentavam formação em nível superior, mas somente 10,8% tiveram acesso à formação continuada em gestão escolar”, negativamente também a forma de acesso, pois, “[...] metade dos diretores chegaram ao cargo exclusivamente por indicação ou escolha da gestão, sem processos voltados à formação ou à participação da comunidade escolar [...]” (CRUZ; MONTEIRO, 2020, p. 114).

Em torno das problemáticas que circundam sobre a efetivação da gestão democrática na escola pública, reforça-se a necessidade da pesquisa e análise das produções científicas do tema, principalmente, pela busca em compreender como tal compromisso tem se efetivado em um cenário de crise político-educacional-social no país, originado no golpe de 2016 e reforçado com a pandemia da Covid-19, uma vez que as políticas se encontram com prazos expirados e os caminhos projetados sobre a educação permanecem distantes de um caráter público e participativo.

Sob essa perspectiva, o estudo visa analisar, por meio do estado da arte, como tem sido conduzidas as discussões em torno da Gestão Democrática e sua implementação na escola pública, identificando desafios e perspectivas a partir do olhar de pesquisadores diversos. Para tanto, utilizam-se revistas das regiões Norte e Nordeste do Brasil, na área da educação, como base de dados: Revista Educação & Formação, Revista *Exitus*, Revista Práxis Educacional e Revista Tempos e Espaços em Educação.

Com efeito, de organização, este artigo encontra-se dividido em quatro partes: *introdução*, contextualizando o tema e anunciando o problema de estudo; *metodologia*, descrevendo o percurso empregado na realização deste; *resultados e discussões*, analisando as principais problematizações travadas sobre o tema nas bases de dados selecionadas; e *considerações finais*, com reflexões/posicionamentos sobre a pesquisa.

## 2 Metodologia





Por meio de um estudo do tipo Estado da Arte, com o objetivo de mapear e discutir a produção científica sobre o tema central, utilizando o conhecimento já revelado e projetando a questão problema no cerne da produção social (BRITTO, 2019) com a identificação de tendências e predominâncias, realizou o mapeamento de artigos em revistas qualificadas em educação, das regiões Norte e Nordeste do Brasil, que tratam da gestão democrática na escola pública.

Dos periódicos selecionados, contemplaram-se quatro (4) revistas em educação, sendo: Educação & Formação, *Exitus*, Práxis Educacional e Tempos e Espaços em Educação. Em uma breve contextualização, a Revista Educação & Formação, *Qualis* B1, está vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE) com a missão de promover o intercâmbio e os debates no campo educacional, nacional e internacional, com ênfase nos temas Educação e Formação de Professores. Já a Revista *Exitus*, vinculada ao Instituto de Ciências da Educação e ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), com *Qualis* A4, tem como missão promover e incentivar o debate e a divulgação da produção científica, tornando-se um veículo de diálogo permanente entre os profissionais da educação, por meio de temáticas regionais, nacionais e internacionais.

Na sequência, a Revista Práxis Educacional, *Qualis* A2, encontra-se vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) e tem como finalidade a divulgação de pesquisas/estudos vinculados ao campo da educação, desenvolvidos em diferentes contextos educacionais do Brasil e do exterior. E, por fim, a Revista Tempos e Espaços em Educação, *Qualis* A3, vinculada ao Núcleo de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), tem como missão fomentar/facilitar o intercâmbio acadêmico da área de educação, nacional e internacional, com os campos temáticos da História da Educação, conhecimento e cultura, educação e comunicação, educação e diversidade e formação de professores.

A seleção dos periódicos se justifica pelas proximidades nos processos da produção científica, uma vez que todas mantêm a publicação em fluxo contínuo com a





exigência de artigos originais nacionais e, também, internacionais, adotam o sistema de avaliação por pares, publicam em outros idiomas, contemplando resenhas e conferências e possuem acesso aberto sem taxa de custos. Portanto, apresentam similaridades entre as políticas de submissão, publicação e os campos do conhecimento.

Para o levantamento da produção científica, utilizou-se, inicialmente, o uso de palavras-chaves: Gestão Escolar, Gestão Educacional, Gestão Democrática e Democracia, como critério de busca, a fim de identificar artigos aproximados ao tema. Em seguida, aplicou-se o critério de exclusão a partir da leitura do título, palavras-chave e resumo, selecionando apenas aqueles relacionados ao problema central do estudo. Assim, a partir dos resultados obtidos, delimitou-se o recorte temporal de 2013 a 2020, não identificando publicações sobre o tema em períodos anteriores.

Na sistematização e análise dos dados, utilizou-se a técnica de categorização, agrupando quatro eixos: 1) Predominâncias do tema; 2) Problemáticas; 3) Desafios; e 4) Perspectivas/possibilidades. Além disso, contempla-se inicialmente, como aporte teórico, as discussões de Colares; Bryan (2014), Lück (2011), Paro (2000), Dourado (2006), seguido pelas contribuições dos artigos encontrados durante o estudo.

### 3 Resultados e Discussão

Inicialmente, ao realizar o levantamento da produção científica sobre o tema do estudo, pelo uso de palavras-chave, obteve-se uma visão geral sobre o quantitativo de trabalhos publicados, de 2013 a 2020, revelando um ponto negativo quanto ao interesse em pesquisar a concepção da gestão democrática e seu processo de implementação, uma vez que são indicadores mínimos diante da importância da temática em um cenário de crise na educação pública. Tais informações revelam uma disparidade entre os periódicos selecionados, indicando que a Revista Científica *Exitus* (região Norte) tem publicado um quantitativo maior de trabalhos sobre o tema. Por outro lado, os períodos da região Nordeste necessitam ampliar tal discussão, como a publicação de dossiês, a exemplo. O Quadro de Nº. 1 sistematiza o número de produções encontradas.



**Quadro 1:** Quantitativo de artigos publicados sobre o tema da gestão democrática (2013-2020).

ARTIGOS PUBLICADOS SOBRE O TEMA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA (2013-2020)									
REVISTAS	RECORTE TEMPORAL								
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
Educação & Formação	–	–	–	01	–	–	–	03	<b>04</b>
<i>Exitus</i>	06	–	01	02	01	04	02	01	<b>17</b>
Práxis Educacional	–	–	02	–	–	01	–	–	<b>03</b>
Tempos e Espaços em Educação	–	–	–	–	–	01	01		<b>02</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>06</b>	<b>–</b>	<b>03</b>	<b>03</b>	<b>01</b>	<b>06</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>26</b>

Fonte: elaborado pelos autores, 2020.

Desse modo, identificou-se um total de 26 artigos, sendo 17 na *Exitus*, 04 na Educação & Formação, 03 na Práxis Educacional e apenas 02 na Tempos e Espaços em Educação, destacando que, de 2016 (ano do golpe) até 2020, registrou-se 17 produções. Após o processo de exclusão, selecionou-se 08 artigos, dois de cada revista, igualando aos resultados obtidos da Revista Tempos e Espaços, conforme Quadro Nº. 2.

**Quadro 2:** Artigos selecionados após o critério de exclusão.

ARTIGOS SELECIONADOS NAS REVISTAS APÓS O CRITÉRIO DE EXCLUSÃO			
REVISTAS	Título dos Artigos selecionados	Autor(es)	Ano
Educação & Formação	A Gestão Escolar Democrática na formação inicial do professor: elementos teóricos para pensar a formação política do professor da educação básica.	Pereira; Batista	2016
	Avaliação educacional ou política de resultados?	Soares; Colares	2020
<i>Exitus</i>	O poder político local e suas relações com a gestão da escola pública.	Silva	2013
	Projeto Político-pedagógico: uma possibilidade de gestão democrática.	Costa	2017
Práxis Educacional	Discursos em torno da gestão educacional sobre qualidade da educação.	Pereira; Viana; Ferraz	2015
	Gestão Democrática do ensino público: sobre a produção em periódicos da área da educação (1996-2015).	Nardi; Boiago	2018
Tempos e Espaços em Educação	Sistemas municipais de educação: autonomia e gestão democrática como premissas.	Cardozo; Colares	2018
	Três notas explicativas para a cultura hegemônica de antipatia da pesquisa em gestão educacional em relação à gestão empresarial.	Pauly; Silva	2019

Fonte: elaborado pelos autores, 2020.



Das produções selecionadas, predomina-se a ideia da gestão democrática como algo distante da escola pública, mostrando que tais discussões perpassam por desafios que impedem sua real efetivação, entre eles: ausência de participação e autonomia, práticas clientelistas e o forte controle do Estado sobre o trabalho do gestor educacional. Assim, entre as principais problemáticas, questiona-se sobre como incorporar uma concepção democrática na gestão da escola pública diante da interferência político-ideológica dos setores públicos e detentores do poder sobre esta. Ao mesmo tempo, os pesquisadores apresentam possibilidades, ancorados em outros autores, que visam romper com a visão descontextualizada do termo, entendendo que a vivência da democracia não é feita pela imposição, mas por um processo de transformação individual e, posteriormente, coletiva (SOARES; COLARES; OLIVEIRA, 2020).

Nesse sentido, o trabalho de Pauly e Silva (2019) apresenta contribuições ao tratar da relação de antipatia (aversão) da pesquisa em gestão educacional com a gestão empresarial no campo científico, revelando questões mal resolvidas entre o tratamento da gestão escolar e a gestão voltada ao mercado. Tais reflexões nos permitem visualizar as interferências externas no distanciamento de um caráter público (de superação) da gestão democrática, aproximando-a de um modelo gerencial, sob a lógica capitalista de produção, tratando a educação como mercadoria. Em um viés marxista, os autores insistem na possibilidade de fortalecimento da gestão para armar-se na resolução dos problemas de seu próprio campo. Portanto, discussões que recaem como significativas em um cenário de crise da educação, sob o risco de retrocessos e a privatização do campo público do ensino, exigindo assim, “[...] a necessidade de “disputar” democraticamente a criação e composição destas políticas [...]” (PAULY; SILVA, 2019, p. 276) em tempos de transformações.

Concomitantemente, as discussões de Nardi e Boiago (2018), a partir de um estado da arte sobre o tema da gestão democrática, de 1996 a 2015, sinalizam a inviabilidade da implementação desta concepção em uma sociedade distante de democracia em suas relações sociais, colocando em pauta a atuação fragilizada e



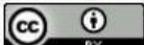


limitada dos diretores, a ineficiência de políticas públicas educacionais e ausência de participação e pertencimento da comunidade escolar. Concluindo o estudo, lançam outra problemática a respeito do tema, destacando que:

O estudo possibilitou constatar que a gestão da educação básica constitui temática prevista no foco, escopo e/ou política editorial de aproximadamente 20% dos periódicos constantes da lista Qualis 2013-2016 da área da Educação, tendo sido identificada a presença de publicações, no período, em pouco mais da metade desse conjunto, razão pela qual concluímos pela existência de um campo ainda em aberto ao acolhimento de estudos sobre o tema. Todavia, é marcante o desequilíbrio na distribuição geográfica desses periódicos, posto que a massiva maioria deles se concentra no Sul e Sudeste, embora se deva considerar o potencial de circulação no país (NARDI; BOIAGO, 2018, p. 360).

O trabalho de Cardozo e Colares (2018) tem como foco a atuação dos sistemas municipais de educação, com forte influência política, na premissa de efetivar a gestão democrática e a autonomia, revelando a secundarização dos interesses coletivos diante dos particulares, com a evidência de discrepâncias entre o escrito (prescrito) e o feito (a prática). Desse modo, discute-se que a participação tem ocorrido de forma burocrática, cumprindo os ritos exigidos em lei, porém, distante do sentido real da iniciativa autônoma do interesse comum. Ao mesmo tempo, indicam que, apesar de uma autonomia “concebível”, nem todos os municípios do Estado do Maranhão conseguiram efetivar seus sistemas próprios, uma vez que “[...] há a necessidade de superar as concepções e práticas autoritárias, burocratizadas e centralizadoras ainda presentes na cultura política brasileira que, não descentralizam o poder, não compartilham decisões e nem permitem processos e espaços [...] coletivos” (CARDOZO; COLARES, 2018, p. 361).

Nesse cenário, Silva (2013) discute as influências dos órgãos políticos (municipais) no trabalho do gestor educacional, revelando práticas clientelistas e associadas à indicação/nomeação como forma de acesso ao cargo, ausência de autonomia no processo de decisão e falta de participação da comunidade revelada na impossibilidade destes escolherem seus dirigentes. De forma negativa, mas verdadeira, a autora alerta para o fato de que:

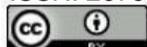




Em relação à gestão da escola, observa-se que a implantação de eleições para diretor não vem impedindo [...] a manutenção de mecanismos de submissão dessa instituição aos interesses privados. Desse modo, pode-se perceber a constituição de um “novo coronelismo”, que se mantém no país apesar das experiências de democratização e das tentativas de implantação de mecanismos de transparência da gestão [...] das escolas públicas (SILVA, 2013, p. 42).

Uma das importantes contribuições mostra-se no trabalho de Pereira e Batista (2016), cujos autores tratam da presença do conceito e prática de gestão democrática na formação inicial do professor, refletindo sobre a preparação deste, durante a formação, para a vivência da concepção democrática na escola pública, insistindo, como outros autores, na ideia da formação inicial como momento central na construção do profissional docente (LIMA; ANDRADE; COSTA, 2020; CARDOSO; NUNES, 2017; JUNGES; KETZER; OLIVEIRA, 2018; BRANDT; HOBOLD, 2019), imbuídos no compromisso de que “[...] o sujeito, desde a sua formação inicial, saiba o que é a gestão democrática e tenha condições de educar para a democracia, tanto em sala de aula quanto no ambiente escolar geral, através da participação na gestão” (PEREIRA; BATISTA, 2016, p. 86). Na análise realizada, revelam-se divergências sobre a percepção dos fatores que dificultam a prática da gestão democrática e a escassez de perspectivas que apontam para o tema da participação nos cursos de licenciatura, ressaltando a fragilidade da grade curricular sobre o tema do estudo. Outra vez, exige-se a democracia figurada, sem prática, mas com grande força e vigor nas premissas governamentais.

No que tange as influências do Estado sobre o trabalho do gestor educacional, as discussões de Soares e Colares (2020) e Pereira; Viana e Ferraz (2015) dialogam no sentido de explicitar o forte controle sobre a escola pública, com a exigência da apresentação de bons resultados, como nos índices de exames educacionais, a exemplo, elevando o fator qualidade do ensino. Sob esta lógica, a educação assume um caráter mecanicista, gerencialista, de controle e autoritário. Consequentemente, o gestor assume a função de fiscalizador das premissas externas conferidas ao seu trabalho. Tal condição decorre, principalmente, da forma de ingresso ao cargo. Logo, é preciso compreender que, mais que uma concepção, a gestão democrática é “[...] bandeira de





luta das reivindicações em prol da busca da qualidade da educação e reflexo das batalhas pela redemocratização do país [...]” (PEREIRA; VIANA; FERRAZ, 2015, p. 215).

Todavia, entre as possibilidades indicadas para romper com a falta de autonomia e participação, Costa (2017) discute a importância do Projeto Político-Pedagógico (PPP) como um instrumento de construção coletiva, autônomo e democrático no chão da escola, elementos fortalecedores da gestão democrática. O estudo sinaliza desafios que inviabilizam a sua real efetividade no chão da escola, com práticas individuais, de um poder centralizado, com decisões fechadas em minorias. Além disso, o que deveria ser um momento da escola torna-se mais uma das práticas descontextualizadas e de distanciamento democrático. O PPP, se cumprido os ritos originais, proporcionaria caminhos para aproximar a comunidade das decisões e anseios da escola, constituindo “[...] um instrumento de elaboração a favor das transformações sociais” (COSTA, 2017, p. 219). Soma-se ao PPP, a necessidade de criação/fortalecimento dos grêmios estudantis, associação de pais e mestres, conselhos de classes, conselhos escolares, entre outros (SOARES; COLARES; OLIVEIRA, 2020), de forma a promover o exercício e a prática democrática nas relações socioeducacionais contemporâneas.

12

## 4 Considerações finais

Ao analisar o conjunto de produções científicas sobre o tema da gestão democrática tornou-se possível constituir uma visão geral sobre as concepções, percursos, desafios e perspectivas que rodeiam esta concepção e sua implementação na escola pública, revelando a interferência da esfera privada sob os interesses coletivos e a existência de conflitos internos, condições estas que impedem a aquisição/vivência da autonomia, participação, coletividade e democracia nas relações sociais. Romper com essas barreiras constitui um pressuposto para o exercício pleno do direito público, na democratização do ensino e na qualidade da educação brasileira.

Em linhas gerais, discutir a gestão democrática, especificamente, em um cenário de crises e retrocessos no campo dos direitos, constitui um dilema de mão dupla: de um





lado, a exigência na efetivação da concepção democrática; e do outro, a ausência de subsídios para a incorporação das mudanças propostas por esta. Eis que se revela uma contradição entre a projeção e a efetividade, ou seja, entre o escrito e o feito. Desse modo, apesar do quantitativo mínimo de artigos contemplados no estudo, ressalta-se a importância dos periódicos na produção do conhecimento na área da educação, bem como se espera que estes, em futuro próximo, ampliem as discussões em torno do tema.

Como pesquisadores da área, sinalizamos de forma positiva a contribuição deste estudo para três distintas situações: 1) mostrar a necessidade de ampliação do debate sobre o tema nos periódicos de educação; 2) evidenciar a discrepância entre as políticas públicas instituídas e a realidade educacional; e 3) revelar a contradição entre a gestão democrática e o cenário projetado para sua implementação, composto por desafios e limitações. Para tanto, faz-se necessário ultrapassar a visão descontextualizada trazida nos documentos oficiais, contrapondo-a com os conhecimentos sistematizados nos diversos estudos realizados no decorrer dos anos, valorizando o trabalho já desenvolvido por outros estudiosos. Daí a importância dos periódicos como fonte de dados.

## Referências

BRANDT, Andressa Grazielle; HOBOLD, Márcia de Souza. A prática como componente curricular na disciplina pesquisa e processos educativos do curso de pedagogia: um diferencial na relação entre pesquisa, teoria e prática. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 4, n. 11, maio/ago., 2019, p. 142-160. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/319> Acesso em: 17 jul. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) Acesso em: 15 jul. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 9.394/96**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) Acesso em: 17 jul. 2020.





BRASIL. **Lei Nº 13.005/2014**: aprova o Plano Nacional de Educação (2014-2024). Brasília, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> Acesso em: 18 mar. 2020.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Pesquisa em Educação e formação pela pesquisa: nada é tão simples quanto quer parecer. **Quaestio**, v. 21, n. 3, 2019, p. 807-827. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/374> Acesso: 18 mar. 2020.

CARDOSO, Elisângela Andrade Moreira; NUNES, Cláudio Pinto. O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR): o ideal e a realidade vigente. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 2, n. 6, set./dez. 2017, p. 54-69. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/159> Acesso em: 17 jul. 2020.

CARDOZO, Maria José Pires Barros; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. Sistemas municipais de educação: autonomia e gestão democrática como premissas. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 11, n. 1, 2018, p. 351-362. Disponível: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/8623> Acesso em: 16 jul. 2020.

COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa; BRYAN, Newton Antonio Paciulli. Formação continuada e gestão democrática: desafios para gestores do interior da Amazônia. **ETD – Educ. temat. digit.**, v. 16, n. 1, jan./abr., 2014, p. 174-191. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1336> Acesso em: 17 mar. 2020.

COSTA, Daianny Madalena. Projeto Político-pedagógico: uma possibilidade de gestão democrática. **Revista Exitus**, v. 7, n. 1, jan./abr., 2017, p. 200-221. Disponível em: <http://ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/191> Acesso em: 17 mar. 2020.

CRUZ, Priscila; MONTEIRO, Luciano. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020**. São Paulo: Todos pela Educação; Editora Moderna, 2020. Disponível em: [https://www.todospelaeducacao.org.br/uploads/posts/456.pdf?1969753478/=&utm\\_source=content&utm\\_medium=site-todos](https://www.todospelaeducacao.org.br/uploads/posts/456.pdf?1969753478/=&utm_source=content&utm_medium=site-todos) Acesso em: 15 jul. 2020.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão da Educação Escolar**. Vol. 6. Brasília: UnB, 2006.

JUNGES, Fábio César; KETZER, Charles Martin; OLIVEIRA, Vânia Maria Abreu de. Formação continuada de professores: saberes ressignificados e práticas docentes transformadas. **Educação & Formação**, v. 3, n. 9, set./dez., 2018, p. 88-101. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/858> Acesso em: 17 mar. 2020.

LIMA, Francisca das Chagas Silva; CARDOZO, Maria José Pires Barros. Diversidade e Gestão Democrática no contexto educacional. **Revista Exitus**, v. 8, n. 1, jan./abr., 2018,





p. 87-111. Disponível em:

<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/391>

Acesso em: 13 mar. 2020.

LIMA, Isabel Salomé de Miranda Santos de; ANDRADE, Ana Isabel; COSTA, Nilza Maria Vilhena Nunes da. A prática pedagógica na formação inicial de professores em Cabo Verde: perspectivas dos supervisores. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 5, n. 13, jan./abr., 2020, p. 3-26. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1448> Acesso em: 17 jul. 2020.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 (Série Cadernos de Gestão).

NARDI, Elton Luiz; BOIAGO, Paula Fernanda Silveira. Gestão democrática do ensino público: sobre a produção em periódicos da área da educação (1996-2015). **Revista Práxis Educacional**, v. 14, n. 27, jan./mar. 2018, p. 335-365. Disponível em:

<http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/2930> Acesso em: 16 mar. 2020.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da escola pública**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

PAULY, Evaldo Luis; SILVA, Gilberto Ferreira da. Três notas explicativas para a cultura hegemônica de antipatia da pesquisa em gestão educacional em relação à gestão empresarial. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 12, n. 29, abr./jun. 2019, p. 263-278. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/9301> Acesso em: 17 jul. 2020.

PEREIRA, Sandra Márcia Campos; VIANA, Vanusa Ruas Freire; FERRAZ, Sintia Maria Gomes. Discursos em torno da gestão educacional sobre qualidade da educação. **Revista Práxis Educacional**, v. 11, n. 18, jan./abr., 2015, p. 199-218. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/download/808/684/> Acesso em: 16 mar. 2020.

PEREIRA, Vanessa Souza; BATISTA, Neusa Chaves. A gestão escolar democrática na formação inicial do professor: elementos teóricos para pensar a formação política do professor da educação básica. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 1, n. 3, set./dez. 2016, p. 71-87. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/114> Acesso em: 15 jul. 2020.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional no Brasil após a ditadura militar. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 18, n. 2, 2018, p. 291-304. Disponível em:





<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652795> Acesso em: 17 mar. 2020.

SILVA, Andréia Ferreira da. O poder político local e suas relações com a gestão da escola pública. **Revista Exitus**, vol. 3, n. 2, jul./dez., 2013, p. 31-43. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/148> Acesso em: 17 mar. 2020.

16

SOARES, Lucas de Vasconcelos; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. A gestão no âmbito da escola pública: desafios e proposições. In: **Anais do I Colóquios de Política e Gestão da Educação**. Sorocaba: UFSCar, 2020, p. 561-572. Disponível em: <https://laplageemrevista.ufscar.br/index.php/CPGE/article/view/828> Acesso em: 17 jul. 2020.

SOARES, Lucas de Vasconcelos; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. Avaliação educacional ou política de resultados? **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 5, n. 15, set./dez. 2020, p. 1-24. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/2951> Acesso em: 15 jul. 2020.

SOARES, Lucas de Vasconcelos; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa; OLIVEIRA, Lílian Aquino. Concepções de Gestão Educacional: práticas e desafios no interior da Amazônia. **EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 7, n. 17, p. 232-256, jan./dez., 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/issue/archive> Acesso em: 16 jul. 2020.

<sup>i</sup> **Lucas de Vasconcelos Soares**, ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5784-8307>

Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA

Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFOPA). Graduado em Licenciatura em Pedagogia também pela UFOPA. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR/UFOPA”. Bolsista Capes.

Contribuição de autoria: primeira escrita e edição.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7538516067447773>.

E-mail: [lu.cas.soares@bol.com.br](mailto:lu.cas.soares@bol.com.br)

<sup>ii</sup> **Maria Lília Imbiriba Sousa Colares**, ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5915-6742>

Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA

Doutora e Pós-doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Docente do curso de Pedagogia, do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFOPA) e do Programa de Pós-graduação em Educação da Amazônia. Coordenadora Adjunta do Grupo de Estudos e Pesquisas HISTEDBR/UFOPA. Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq, Nível 2.

Contribuição de autoria: segunda escrita e revisão.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9671465461954562>.

E-mail: [lilia.colares@hotmail.com](mailto:lilia.colares@hotmail.com)





Editora responsável: Cristine Brandenburg

17

## Como citar este artigo (ABNT):

SOARES, Lucas de Vasconcelos; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. A gestão democrática em revistas de educação do norte e nordeste do Brasil (2014-2020). **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 2, n. 3, e233857, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3857>

